

JOSÉ MÁRCIO REGO

## O weberiano Fernando Henrique e a história

Uma estadia em Fortaleza no fim de semana retrasado permitiu-me ler dois livros de (e com) preocupações diferenciadas: *Max Weber e a História*, de Catherine Colliot-Thélène, e *Fernando Henrique Cardoso — O Brasil do Possível*, de Brigitte Hersant Leoni (ambos da Editora Brasileira). Como registra José Arthur Giannotti na "orelha", o livro de Colliot-Thélène sublinha um traço de continuidade entre Weber e Marx a que os estudantes de Filosofia e Ciências Sociais dos tempos da Rua Maria Antônia não estavam acostumados, por adotarem

um ponto de vista eminentemente político que frisava a descontinuidade entre a social-democracia de Weber e o socialismo de Marx. Já o livro de Brigitte Leoni, em suas próprias palavras "é antes de tudo a história de uma vida, a vida de Fernando Henrique Cardoso". E observa: "Não pretendo reconstituir toda a vida política brasileira dos últimos 60 anos, nem analisar o pensamento de FH. Deixo aos historiadores e sociólogos a tarefa, que é de direito lhes compete..." Trata-se o livro de Brigitte Leoni de um perfil, construído a partir de depoimentos de amigos, parentes, colegas, homens e mulheres que cruzaram com ele em seu caminho até a Presidência. "Nós queríamos saber como Weber era visto pela esquerda, como a sociologia americana era considerada pela esquerda, e ele sabia nos dizer tudo isso, o que o tornava muito popular entre os estudantes de esquerda", conta Roberto Schwarz num desses depoimentos (p. 103).

Um dos principais esforços interpretativos de FH, a abordagem que ficou conhecida como Teoria da Dependência, foi o de reconsiderar os problemas do "desenvolvimento econômico" a partir de uma perspectiva de interpretação que insistiu na natureza política dos processos de transformação econômica. A Cepal já havia registrado a significativa limitação da utilização de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação

dos países latino-americanos. A intensificação desse esforço de compreensão leva à valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional.

### O "mundo intelectual" de FH foi em grande parte formado por Marx e Weber

Destacavam não existir uma relação metafísica de dependência entre uma nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, era preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumiam em cada situação de dependência, mostrando como Estado, classe e produção se relacionavam. A Teoria da Dependência é uma tentativa de reinterpretação teórica que surge da crise da abordagem cepalina. Desde fins dos anos 50 a própria Cepal se encontrava em fase de autocrítica. As idéias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. Era indubitável que a Cepal elaborara uma teoria da industrialização periférica, ou retardada. No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento — o que em boa parte competia ao Estado —, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas idéias tropeçava em dificuldades em mais de um país.

Bresser Pereira, no artigo *O empresário industrial e a revolução Brasileira* (1963), examina os "fatos novos" que pretendiam explicar por que a interpretação cepali-

na (nacional-desenvolvimentista) encontrava dificuldades e por que o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, na medida em que esses "fatos novos" fizeram entrar em colapso a aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores e setores do latifúndio voltados para o mercado interno. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, em *El Proceso de Desarrollo en América Latina* (1965), distingue três tipos de desenvolvimento — nacional-exportador, enclave e industrial-associado. Entretanto, o conceito dessa tipologia só foi produzido mais tarde no trabalho, em colaboração com Enzo Faletto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, Ilpes, 1967. Celso Furtado já havia, em 1966, dado um primeiro passo (ainda que incompleto) na interpretação da nova dependência com seu ensaio *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, trabalho no qual "a análise do novo modelo baseado nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara, e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada (mais no Brasil que na Argentina), por um novo processo de concentração de renda. Novo passo é dado com *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), uma reformulação e ampliação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* em que as novas bases da teoria da dependência são delineadas" (Bresser Pereira, 1985, p. 37).

Registra Furtado no livro *Conversas com Economistas Brasileiros*: "Para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 52. Agora, a visão que os sociólogos tiveram com o Fernando Henrique foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como ela se forma, a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semi-colonialismo era uma teoria da dependência, que os marxistas desenvolviam. Agora, ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma

contribuição dos sociólogos.

Na verdade, o fenômeno, a situação de dependência era aceita por uns como uma coisa natural, mas todo mundo partia do fato de que isso existia. Gudin, por exemplo, que era o homem da extrema direita, do liberalismo mais descabelado, criou a teoria da economia reflexa, que no fundo é economia dependente. Economia reflexa, que reflete tudo o que vem de fora, é uma forma de dependência maior. Portanto, o nome de dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização. Você industrializou, você avançou, criou uma economia mais complexa e em realidade, digamos assim, não superou a dependência, ela assumiu outra forma. Porque a sua estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. A verdade verdadeira é que, quando você internacionaliza uma economia subdesenvolvida, você aprofunda a raiz da dependência." (Biderman, Cozac e Rego, p. 74).

Alguns dias antes de sua morte, Max Weber registrou que "a sinceridade de um intelectual hoje pode ser medida pela maneira como ele se situa em relação a Nietzsche e a Marx. Aquele que não reconhece que, sem o trabalho desses dois autores, não poderia realizar grande parte de seu próprio trabalho engana a si mesmo e aos outros. O mundo intelectual no qual vivemos foi em grande parte formado por Marx e Nietzsche" (relatado por E. Baumgarten, *Max Weber, Werk und Person*, p. 39). Numa adaptação a essa afirmação de Weber podemos afirmar categoricamente que o "mundo intelectual" de FH foi em grande parte formado por Marx e Weber. Encerramos com Giannotti: "Haveria momento mais oportuno para repensar o diálogo entre os dois autores que o presente, quando todos nós, ainda pretendendo conservar o ponto de vista das esquerdas, estamos enredados no esforço de repensar as relações entre a história, o Estado e o capital?"

■ José Márcio Rego é professor de Metodologia da Economia do Curso de Doutorado em Economia da FGV-SP